

Justiça do Trabalho do Paraná instala Vara de Palmas



Foi instalada, em 8 de julho, a Vara do Trabalho de Palmas. Comparceram à solenidade autoridades do Judiciário, Ministério Público, Executivo e Legislativo, servidores, advogados e representantes de entidades **p.3**

Tribunal do Trabalho do Paraná terá novo desembargador

O procurador regional do Trabalho Ricardo Tadeu Marques da Fonseca foi nomeado, em 16 de julho, pelo presidente da República para exercer o cargo de Desembargador do TRT da 9ª Região. A nomeação corresponde à vaga do quinto constitucional destinada ao Ministério Público do Trabalho. A assinatura do termo de posse será no dia 7 de agosto, às 17 horas, no Gabinete da Presidência do TRT-PR, em Curitiba. **p.2**

Juíza Morgana de Almeida Richa toma posse no CNJ

A juíza Morgana de Almeida Richa, titular da 15ª Vara do Trabalho de Curitiba, tomou posse, em 3 de agosto, no Conselho Nacional de Justiça. O CNJ é integrado por 15 membros, nove originários do Poder Judiciário e seis representantes de outras instituições. A magistrada ingressou na Justiça do Trabalho no cargo de Juiz Substituto, em julho de 1992. Em 2008, foi laureada pelo TST com a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho. **p.2**

Nesta Edição

- Duas juízas substitutas são investidas no cargo **p. 4**
- Terceira etapa de projeto da EJ e da Ematra **p. 5**
- Justiça do Trabalho do Paraná terá três Varas digitais **p. 8**
- TRT do Paraná elabora Carta de Serviços **p. 12**

Tribunal do Trabalho do Paraná terá novo desembargador em agosto

Flaviane Galafassi

O procurador regional do Trabalho Ricardo Tadeu Marques da Fonseca foi nomeado, em 16 de julho, pelo presidente da República para exercer o cargo de Desembargador do TRT da 9ª Região (Paraná). A nomeação corresponde à vaga do quinto constitucional destinada ao Ministério Público do Trabalho, anteriormente ocupada pela desembargadora Wanda Santi Cardoso da Silva, que se aposentou em janeiro. O ato de posse será no dia 7 de agosto, às 17 horas, no Gabinete da Presidência do TRT do Paraná, em Curitiba.

Ricardo Tadeu Marques da Fonseca

atua na Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região e integra o Ministério Público do Trabalho desde 1991. Para ele, fazer parte do TRT-PR será a concretização de um sonho. "Tentei entrar na magistratura em 1989, quando prestei concurso para juiz do Trabalho em São Paulo, mas fui impedido de participar da última fase do concurso por ser cego. Naquela época havia uma decisão do Supremo de que pessoas cegas não poderiam atuar como juiz", explica. "Ser nomeado pelo presidente em uma lista tríplice para atuar no Tribunal do Trabalho do Paraná, muito me honra", completa o novo desembargador. ■



Procurador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca será desembargador do TRT do Paraná

Juíza Morgana Richa toma posse no CNJ

Flaviane Galafassi

A juíza Morgana de Almeida Richa, titular da 15ª Vara do Trabalho de Curitiba, tomou posse, no dia 3 de agosto, no Conselho Nacional de Justiça. Apesar de a solenidade ocorrer em agosto, os integrantes do conselho, que terão mandato de dois anos, estão atuando desde o dia 21 de julho, quando assinaram termo de posse. O CNJ é integrado por 15 membros, nove originários do Poder Judiciário e seis representantes de outras instituições. "Como bem destacado pelo presidente do Conselho, ministro Gilmar Mendes, 'o CNJ é um órgão que deu certo, é uma das instituições felizes na sua concepção e na implantação'. Embora ainda tenha muito trabalho pela frente, de controle e de modernização - um grande desafio para nós, novos conselheiros -, já possibilitou uma importante reforma administrativa no Judiciário, com ações concretas que benefi-



Registro fotográfico dos 15 membros do Conselho para o biênio 2009-2011

ciaram, e muito, toda a sociedade. A atuação da Corregedoria Nacional de Justiça, com a realização das inspeções em todo o país, é um exemplo da importância do Conselho, que, além do controle, oferece suporte aos tribunais. Ademais, impulsionou a movimentação da Justiça, com inú-

meros projetos desenvolvidos, tais como a Conciliação e a Campanha pela Efetividade da Lei Maria da Penha. Só tenho a elogiar o desempenho de seus ex-membros e prosseguir na colaboração para o engrandecimento do Poder Judiciário brasileiro", disse a magistrada. ■

NONA

Publicação mensal do TRT-PR. **Presidente:** Desembargadora Federal Rosalie Michaelae Bacila Batista. **Vice-Presidente e Ouvidor-Geral:** Desembargador Federal Luiz Eduardo Gunther. **Corregedor Regional:** Desembargador Federal Ney José de Freitas. **Diretor-Geral:** Vanderlei Crepaldi Peres. **Secretária-Geral da Presidência:** Eliane Márcia Brito. **Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada:** Ana Cristina Navarro Lins.

Assessora de Comunicação Social e Jornalista Responsável: Jussara Elisa (MTB 2440/PR). **Assessora de Imprensa:** Flaviane Galafassi. **Redação:** César Caldas, Flaviane Galafassi, Irene Pioker, Jussara Elisa, Luiz Munhoz, Maria Ângela Marques e Rossana Tuoto. **Fotografia:** Inara Passos, Jussara Elisa e Luiz Munhoz, arquivo TRT-PR e divulgação. **Revisão:** César Caldas, Jussara Elisa, Rose Montes e Rossana Tuoto. **Diagramação:** Joel Gogola. **Tiragem:** 500 exemplares. **Impressão:** Gráfica Radial Ltda.

Sugestões e opiniões para o NONA: Assessoria de Comunicação Social do TRT-PR - Av. Vicente Machado, 147 - 6º andar - Curitiba - Paraná Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171 - ascom@trt9jus.br

Justiça do Trabalho do Paraná instala Vara de Palmas em 8 de julho



A presidente Rosalie Batista (TRT-PR), a prefeita Joana D'Arc Franco (Palmas), o corregedor Ney José de Freitas (9ª Região) e o presidente Raul Boeno (OAB de Palmas) após o descerramento da placa inaugural

Jussara Elisa

Foi instalada, em 8 de julho, a Vara do Trabalho de Palmas. A unidade, que funcionava desde 2007 como Posto de Atendimento vinculado à VT de Pato Branco, foi transformada em Vara devido ao elevado número de processos, aproximadamente 800 por ano, representando quase metade dos processos que ingressam na VT a que estava vinculada.

Compareceram à solenidade autoridades do Judiciário, Ministério Público, Executivo e Legislativo, servidores, advogados, representantes de entidades sindicais e associativas e convidados.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Palmas, Raul Silveira Boeno, falou em seu discurso que a instalação deixará "uma marca indelével em nossas mentes por esta merecida conquista. A Vara do Trabalho distribuirá a justiça para empregados e empregadores, não só de Palmas, mas também de Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa e Mangueirinha".

Representando a Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, a procuradora Sueli Teixeira Bessa, do Ofício de Cascavel, parabenizou o TRT da 9ª Região pela instalação da VT, enfatizando que as unidades no interior do Estado "em muito contribuem para a garantia fundamental dos trabalhadores. A Justiça do Trabalho tem levado a efeito essa garantia e merece parabéns, pois, com

competência e sensibilidade, instalou a VT superando as adversidades".

O presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região, juiz Bráulio Gabriel Gusmão, disse "ser testemunha do trabalho e do comprometimento com a instituição das juízas Emília Sako e Angélica Slomp, do esforço da comunidade jurídica para que a instalação acontecesse e do Órgão Especial do TRT, pela sensibilidade em aprovar a instalação".

A juíza Angélica Cândido Nogara Slomp, que atua na unidade judiciária de Palmas, lembrou ser "um momento histórico do município de Palmas, pois a instalação da VT tem um significado ímpar e decorre do incansável trabalho de todos. A Justiça do Trabalho de Palmas promove ações comportamentais dos atores das relações de trabalho".

O presidente da Câmara Municipal

de Palmas, vereador Nilo Umberto Deitos Júnior, parabenizou a todos que decidiram o destino de Palmas com a instalação da Vara do Trabalho.

O corregedor da 9ª Região da Justiça do Trabalho, desembargador Ney José de Freitas, disse que votou a favor de Palmas na sessão do Órgão Especial que autorizou a instalação da unidade, "porque a reivindicação é legítima e justa. Nós cumprimos o nosso dever".

Em seu pronunciamento, a prefeita de Palmas, Joana D'Arc Franco de Araújo, enalteceu que houve "uma luta intensa para implantação da VT de Palmas. Os cidadãos têm uma enorme gratidão pelos benefícios que a unidade trará".

Em seu pronunciamento, a presidente do TRT do Paraná, desembargadora Rosalie Michael Bacila Batista, ressaltou que "é indubitável o merecimento desta cidade, como pólo regional. Seu desenvolvimento, em vários setores da economia, tem dado causa a um movimento processual de aproximadamente 800 ações anuais, que correspondem a cerca da metade de toda a jurisdição da Vara a que estava vinculada. Esse número, aliás, pode embutir uma demanda reprimida pela distância, que certamente deixará de existir com a estrutura da unidade autônoma que hoje se instala".

A placa inaugural da Vara do Trabalho de Palmas foi descerrada pelos desembargadores Rosalie Batista e Ney José de Freitas, a prefeita Joana D'Arc e o advogado Raul Boeno. ■



Autoridades do Judiciário, Ministério Público, Executivo e Legislativo, servidores, advogados, representantes de entidades sindicais e associativas compareceram à solenidade no dia 8 de julho

Juízas substitutas são investidas no cargo

Rossana Tuoto

Em 17 de julho, foram investidas no cargo de Juiz Substituto da 9ª Região da Justiça do Trabalho (Paraná) as magistradas Edinéia Carla Poganski Broch e Patrícia Tostes Poli.

O ato de investidura, no gabinete da Presidência do TRT paranaense, foi conduzido pelo vice-presidente, no exercício da Presidência, desembargador Luiz Eduardo Gunther. Participaram do ato magistrados, procuradores, advogados, servidores, familiares e amigos.

As magistradas, que exerciam a judicatura desde outubro de 2008 no TRT da 3ª Região (Minas Gerais), chegam à 9ª Região mediante permuta com as juízas Vaneli Cristiane Silva de Mattos e Aline Queiroga Fortes Ribeiro, respectivamente.

Natural de Erechim (RS), a magistrada Edinéia Broch graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Tuiuti do Paraná, em 2004. Especializou-se em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado do Mato Grosso do Sul e Região do Pantanal. Atuou como advogada trabalhista no Paraná de 2005 a 2008.

A juíza Patrícia Poli, nascida em Cascavel (PR), concluiu o curso de Direito na PUCPR, em 1996. É especialista em Direito Processual Civil e advogou na área trabalhista, em Curitiba, de 1997 a 2008.

O ato de investidura na 9ª Região foi



Desembargador Luiz Eduardo Gunther (vice-presidente do TRT-PR) e as juízas Edinéia Carla Poganski Broch (à esquerda) e Patrícia Tostes Poli, no dia 17 de julho, após terem sido investidas no cargo de Juiz Substituto

um retorno das magistradas ao Paraná, conforme destacou o desembargador Luiz Eduardo Gunther em seu discurso. “O instituto da permuta de magistrados entre diferentes Regiões da Justiça do Trabalho tem patrocinado, desde o advento da Resolução 103 do TST, a felicidade de muitos reencontros familiares, sem que disso tenha resultado qualquer prejuízo à jurisdição. Pelo contrário: mais próximos de onde construíram suas carreiras jurídicas, os juízes que logram obter o intercâmbio definitivo tendem a uma motivação extra nos planos pessoal e profissional, seja ela fulcrada no conhecimento maior da realidade social de seus Estados, seja em razão da proximidade com seus entes queridos”, frisou.

No mesmo sentido saudaram as novas juízas da 9ª Região o presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná, Marco Antônio César Villatore, e o presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região, juiz Bráulio Gabriel Gusmão.

A juíza Edinéia fez uso da palavra para destacar “que muito a honra integrar a Justiça do Trabalho do Paraná, a qual é de conhecido destaque no cenário nacional”, além de identificar-se como “paranaense de coração”.

Os magistrados Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira e Waldomiro Antonio da Silva fizeram a entrega das carteiras funcionais às juízas Edinéia Broch e Patrícia Poli, respectivamente. ■

Gestão financeira e orçamentária em debate

Irene Pioker

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho realizou, nos dias 30 de junho e 1º de julho, o I Simpósio de Administração Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho. Representantes das áreas de orçamento, planejamento e contabilidade do Tribunal Superior do Trabalho, do CSJT e dos 24 TRTs discutiram temas relativos à proposta orçamentária desse ramo do Judiciário, com o objetivo de aprimorar os procedimentos operacionais e propiciar melhor entrosamento entre a Assessoria de Planejamento e Orçamento (Aspo) do Conselho Superior e os servidores das áreas correlatas dos Tribunais Regionais.

Foi apresentado um resumo das atividades da Assessoria quanto à gestão do Plano Plurianual (PPA), à execução do orçamento 2009 e às negociações junto à Secretaria de Orçamento e Federal (SOF), vinculada ao Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão, para estabelecimento dos limites da proposta orçamentária da Justiça do Trabalho referente ao exercício de 2010.

Do TRT da 9ª Região, participaram do evento a diretora da Secretaria de Execução Contábil, Orçamentária e Financeira - Secof, Enilce Francisca Rocha; o Diretor do Serviço de Contabilidade e Orçamento, Vilmar José Siqueira e o

diretor-geral, Vanderlei Crepaldi Peres.

Na abertura do encontro, o presidente do CSJT e do TST, ministro Milton de Moura França, lembrou que a missão fundamental do Conselho é promover a integração e a padronização das atividades desenvolvidas nas áreas orçamentária e financeira da Justiça do Trabalho. “O CSJT, como órgão central do sistema, vem trabalhando no sentido de diminuir as distorções que existiam antes de sua criação, tratando com equidade todos os Tribunais e discutindo, conjuntamente, prioridades”, afirmou. “A coordenação centralizada tem permitido maior efetividade no alcance dos objetivos”. ■

“Criando um Ambiente de Trabalho Propício para as Futuras Gerações”

Terceira etapa do projeto aconteceu em 31 de julho

Jussara Elisa

Em 31 de julho, ocorreu a terceira etapa do Projeto Científico, "Criando um Ambiente de Trabalho Propício Para as Futuras Gerações", organizado pela Escola Judicial do TRT do Paraná em conjunto com a Ematra da Amatra-IX.

A palestra de abertura do evento foi proferida pelo vice-presidente do TRT do Paraná, desembargador Luiz Eduardo Gunther, que abordou o tema "O meio ambiente sob a ótica do Direito Internacional do Trabalho: aplicabilidade da Convenção 155 da OIT".

O magistrado iniciou a sua exposição relatando uma pesquisa feita com 500 mil pessoas, a qual mostrou que para a vida dos brasileiros melhorar, são necessários, "antes de tudo, respeito, justiça, honestidade, responsabilidade, solidariedade e ética". Posteriormente, citou dados estatísticos de doenças ocupacionais, que apontam para a pressão por metas e as condições inadequadas como principais motivadores de casos de LER. Alertou que de acordo com a OIT, em 2008, cerca de 6 mil pessoas morreram por dia em razão de acidentes e doenças ligadas a atividades laborais.

Em sua explanação, o desembargador abordou, também, a responsabilidade política dos magistrados, citando Ronald Dworkin: "os juízes têm a obrigação de justificar suas decisões porque com elas afetam os direitos fundamentais e sociais. Em seguida, falou sobre globalização, aler-



A mesa de abertura da terceira etapa, os magistrados Bráulio Gusmão (presidente da Amatra-IX), Luiz Eduardo Gunther (vice-presidente do TRT-PR e palestrante) e Paulo Conti (vice-diretor da Ematra)

tando sobre as recomendações da última encíclica do Papa Bento XVI: "Governar a globalização, civilizar a economia e promover a responsabilidade ambiental nas empresas e entre os consumidores".

O magistrado abordou, ainda, os princípios do Direito Internacional do Trabalho (fundamentais): o trabalho não é uma mercadoria; liberdade de expressão e de associação para progresso; penúria constitui um perigo; e lutar contra a carência. Sobre os Direitos Humanos, falou da evolução que houve em termos de legislação, como por exemplo a Declaração de Filadélfia (1944); a transformação da OIT em instituição especializada da ONU (1946); Emenda Constitucional 45/2004; e o reconhecimento por parte do STF do valor dos tratados que versam sobre direitos humanos

(a partir de 2008). Das convenções da OIT que tratam do meio ambiente do trabalho e da saúde do trabalhador, o palestrante destacou que merecem abordagem mais detida as de números 148, 155 e 161.

Dentre as suas considerações finais, o desembargador expôs que "o meio ambiente do trabalho adequado e seguro é um direito fundamental do cidadão trabalhador. Não é um mero direito trabalhista vinculado ao contrato de trabalho".

■ OS GRUPOS

Na parte da tarde houve a formação de dois grupos, que acompanharam visões específicas do ambiente em que se desenvolvem as relações de trabalho, decorrentes de duas perspectivas distintas.

O presidente da Amatra IX, juiz Bráulio Gabriel Gusmão, acompanhou o grupo que teve por embasamento a palestra proferida pelo juiz do Trabalho Jônatas dos Santos Andrade, titular da Vara do Trabalho de Parauapebas, no Pará. O juiz Jônatas apresentou conhecimento adquirido em sua atuação judicante, em casos de trabalho escravo e análogo à escravidão.

O outro grupo, acompanhado pelo vice-diretor da Ematra, juiz Paulo Henrique K. e Conti, contou com a exposição do deputado Luiz Eduardo Cheida, especialista das Ciências Médicas e ex-secretário do Meio Ambiente do Governo do Estado do Paraná. ■



Deputado estadual Luiz Eduardo Cheida



Juiz Jônatas dos Santos Andrade

EJ do Paraná em consonância com a Enamat

Rossana Tuoto

Na manhã de 10 de julho, reuniram-se na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, membros da Direção da EJ, da Coordenação e do Conselho Administrativo.

Na pauta, o foco recaiu sobre as deliberações que atendem às diretrizes emanadas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat). Órgão autônomo, a Enamat foi instituída pelo TST, em 2006, atendendo ao disposto na Emenda Constitucional 45/2004. É responsável pela coordenação nacional das atividades de formação promovidas pelas escolas regionais voltadas à qualificação do magistrado.

O alcance da efetiva prestação jurisdicional com qualidade, por meio da formação e o aprimoramento profissional contínuo dos magistrados e servidores na EJ, norteou o cronograma de atividades no âmbito regional, inclusive para 2010. Entre outros assuntos de relevância, nessa reunião foram analisadas a elaboração da proposta prévia de verba de capacitação para o orçamento do ano de 2010; proposição dos pré-projetos de Educação Continuada para servidores e magistrados para 2010; proposição para a elaboração das diretrizes do programa do 3º Curso de Formação Inicial para Magistrados do Trabalho – Módulo Regional; análise e aprovação do



Magistrados e servidora durante a apresentação, em 27 de julho, das novas instalações da EJ, no prédio 147 da Vicente Machado

Programa de Capacitação de servidores para o ano de 2009 e análise dos Projetos de Capacitação propostos pelas Varas do Trabalho para validação pela EJ como ações de treinamento.

■ Composição do Conselho Administrativo ampliado

Foram designados (RA 56/2009 e Portaria SGP 23/2009) pela presidente do Tribunal, desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista, para compor o atual Conselho Administrativo, os magistrados Edmilson Antônio de Lima (desembargador); Cássio Colombo Filho (juiz titular) e Hilda Maria Brzezinski da Cunha Nogueira (juíza substituta). Portanto, somam-se aos desembargadores Rosemarie Diedrichs Pim-

pão e Altino Pedrozo dos Santos, diretora e vice-diretor, respectivamente, desembargador Arnor Lima Neto (coordenador) e juiz substituto Luciano Augusto de Toledo Coelho (vice-coordenador) e demais membros do Conselho Administrativo, desembargador Dirceu Buyz Pinto Júnior, juízes Leonardo Vieira Wandelli, representante dos magistrados de 1º grau, e Nancy Mahra de Medeiros Nicolas Oliveira, representante dos juizes substitutos.

■ Novas salas de capacitação e secretarias

As novas salas de capacitação e secretarias da EJ estão localizadas no 4º andar do edifício da Avenida Vicente Machado, 147. Foram mantidos os mesmos ramais telefônicos. ■

TRT do Paraná frente às metas nacionais de nivelamento do CNJ

Rossana Tuoto

Esforços conjuntos no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná se intensificam no alcance da Meta 2 proposta pelo Conselho Nacional de Justiça: "Identificar e julgar todos os processos judiciais

distribuídos em 1º, 2º grau ou tribunais superiores, até 31/12/2005". O TRT-PR está engajado na campanha institucional voltada para o alcance da Meta e assuntos relativos à "Semana Nacional de Conciliação - Meta 2", agendada para

14 a 18 de setembro de 2009. As estratégias serão apresentadas no "II Workshop dos Gestores Nacionais das Metas de Nivelamento", em 5 e 6 de agosto, na Escola de Magistratura Federal da 1ª Região, em Brasília. ■

Movimento Cornélio Solidária

A Vara do Trabalho de Cornélio Procópio promoveu, em 16 de julho, palestra com o procurador do Trabalho Luiz Carlos Michele Fabre. O evento, que contou com a presença de 93 pessoas, fez parte do "Movimento Cornélio Solidária". Na ocasião, foram arrecadados 87,5 quilos de alimentos, 13 litros de leite longa vida e 7 latas de óleo de soja/milho. As doações foram entregues ao Abrigo da Infância e Juventude de Cornélio Procópio, instituição que atende a vinte crianças, com atividades que incluem horta, reforço escolar e artesanato, sendo dez crianças internas. Com a finalidade de estimular a utilização de sacolas retornáveis e evitar o uso de sacolas plásticas, preservando assim o meio ambiente, foi distribuída uma "eco-bag" a cada participante.

■ Jussara Elisa

Workshop sobre Varas digitais

Maria Ângela Marques

De 22 a 24 de julho, ocorreu o workshop: "Varas Digitais e o Processo Judicial Eletrônico" promovido pela Escola Judicial e sob a coordenação do juiz Bráulio Gabriel Gusmão. Participaram servidores da Secretaria de Informática encarregados do desenvolvimento do programa gerenciador do novo modelo de trabalho, com a apresentação das telas protótipos específicas e demonstrativo da interação com as telas do SUAP; servidores lotados em Varas do Trabalho do interior e capital, inclusive representante dos oficiais de justiça, todos habilitados a identificar as rotinas e auxiliar na elaboração do conteúdo formativo de treinamento; servidores responsáveis pelo programa de capacitação pedagógica e da assessoria jurídica, para prestar esclarecimentos quanto à Lei 11.419/2006 e Instrução Normativa 30 do Tribunal Superior do Trabalho.

A reunião envolveu discussão e avaliação crítica da atual etapa do projeto, que contempla a forma de trabalho a ser adotada nas Varas digitais da 9ª Região. Na base do método de gestão está o conceito de fila de trabalho - workflow -, que não obedece à forma linear adotada no tipo de trabalho clássico das secretarias de Varas do Trabalho, porque



Workshop, realizado de 22 a 24 de julho, sobre o tema "Varas Digitais e o Processo Judicial Eletrônico"

não tem rotina de tarefas determinadas e especializadas.

As telas já existentes continuarão a ser utilizadas, com intervenções mínimas, pois não há pretensão de invenção de sistema distinto, mas aperfeiçoamento do que já é hoje a ferramenta de informática de trabalho em todas as unidades judiciárias da 9ª Região. Os programas e convênios serão aproveitados, entre outros, o e-Doc, certificação digital, Fidelis, Infojud, Bacen/Jud, Renajud. A ênfase do treinamento deverá ser para a visão sistêmica dos magistrados e servidores, afetada pela mudança nas rotinas e métodos do processo eletrônico. O objetivo do treinamento será

associar o papel do servidor e as variadas tarefas desempenhadas, controle, conhecimento e classificação das peças processuais (associação entre a imagem e o documento), além de habilitá-lo ao diferenciado atendimento ao público.

Após debate, na tarde do dia 23, os participantes do workshop deram início à construção dos Itinerários Formativos para os servidores das Varas digitais, desenvolvendo os conceitos de competências básicas e competências específicas para cada um dos papéis a ser desempenhado em uma Vara do Trabalho digital. Está prevista a capacitação dos primeiros servidores pela Escola Judicial, entre os dias 17 a 21 de agosto. ■

VT prepara população para concursos

Jussara Elisa

Com a finalidade de oportunizar acesso às carreiras do serviço público aos cidadãos de baixa renda, a Vara do Trabalho de Palmas tem projeto de curso voltado à preparação para concursos a carreiras do serviço público. Idealizado pelo técnico judiciário

Valdir Slavieiro, o projeto está sendo executado por todos os servidores daquela unidade, juízes e outros voluntários. Os beneficiários são moradores de Palmas selecionados pelo Serviço Social do Município.

O primeiro curso foi de preparação dos alunos para o concurso do Tribunal de Jus-

tiça do Paraná. As aulas foram realizadas de 7 a 31 de julho, das 19h às 22h15, com a presença de aproximadamente 70 alunos. Segundo Valdir, "os alunos têm demonstrado grande interesse nas aulas ministradas, com boa frequência e assimilação quanto aos conteúdos do curso". ■

Encontro de Ouvidorias

Será realizado em Natal, no TRT da 21ª Região (Rio Grande do Norte), nos dias 12 e 13 de novembro, o II Encontro Nacional das Ouvidorias da Justiça do Trabalho. O tema do evento é Cidadania e Gestão Participativa. O encontro pioneiro foi organizado pelo TRT do Paraná, em Curitiba.

■ Jussara Elisa

XII Encontro Nacional de Diretores e Secretários Judiciários dos TRTs

O XII Encontro Nacional de Diretores e Secretários Judiciários dos Tribunais do Trabalho, que seria realizado no mês de setembro em Curitiba, foi transferido para o mês de novembro, em data a ser confirmada. O adiamento do evento deve-se à Gripe A (H1N1).

■ Jussara Elisa

O processo eletrônico na Justiça do Trabalho do Paraná

Serão instaladas três Varas digitais em Curitiba

Flaviane Galafassi

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná instala a partir de agosto três Varas do Trabalho digitais, funcionando de forma eletrônica, sem a impressão de documentos e com informações disponíveis na internet.

A primeira delas - a 21ª Vara do Trabalho de Curitiba - iniciará suas atividades em 24 de agosto, com o conceito de laboratório, e servirá de base para a efetiva implantação das outras duas Varas, também em Curitiba, em 30 de setembro. "A Vara piloto funcionará inicialmente com a distribuição de poucos processos, para que consigamos nos adaptar ao novo sistema e desta forma nos preparar para o ritmo normal de uma unidade judiciária a partir de setembro", informa o coordenador da implantação das Varas digitais na Justiça do Trabalho do Paraná, juiz Bráulio Gabriel Gusmão.

Segundo o magistrado, a implantação das Varas digitais trará "melhorias na celeridade, eficiência e eficácia da prestação dos serviços da Justiça".

Para as novas Varas do Trabalho digitais serão distribuídos somente processos novos ingressados no Serviço de Distribuição. "As petições e os documentos que ainda forem recebidos em papel serão digitalizados, para que o processo tramite apenas em meio eletrônico", explica.

A atuação nos processos e consulta do seu conteúdo exigirá utilização da certificação digital, que garante a segurança e a confiabilidade do sistema. Para isso, o advogado ou qualquer outro usuário dos ser-

viços judiciários deverá requerer sua assinatura digital junto a um órgão emissor do certificado. O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), autarquia federal vinculada à Casa Civil da Presidência da República, é o responsável por credenciar esses órgãos para fornecer os certificados. A lista das autoridades certificadoras pode ser consultada no site www.iti.gov.br.

Sem a certificação, a consulta ao processo deverá ser feita diretamente na secretaria da Vara do Trabalho e as petições, protocoladas diretamente no Fórum. "O advogado que não possui certificação digital deverá ir até a Vara com a petição e esta será digitalizada por nossos servidores e incluída no processo. Ele também continuará tendo acesso às informações do processo no balcão da Vara, mas, em vez de consultar os autos em papel, o fará em arquivo digital no formato PDF", explica o presidente da Comissão de Informática do TRT-PR, desembargador Sérgio Murilo Rodrigues Lemos. O magistrado lembra que, embora seja possível ao advogado dar continuidade ao processo eletrônico levando suas petições para digitalização na Vara do Trabalho, as vantagens que o processo eletrônico traz, como a possibilidade de protocolo das petições até a meia-noite, facilidade de executar o trabalho sem sair de casa ou escritório, além da contribuição à agilidade da Justiça, só serão consolidadas com a utilização do sistema.

Para informar sobre o funcionamento das Varas digitais, o Tribunal Regional do Trabalho está realizando desde julho

encontros com advogados, juízes e servidores, além de programar palestras informativas, a partir de agosto, no auditório da Escola Judicial, que fica no anexo ao prédio do Fórum Trabalhista de Curitiba. As palestras serão encontros breves que poderão ser assistidas por advogados e quaisquer interessados.

■ DESENVOLVIMENTO

Para desenvolver o sistema a ser utilizado na Justiça do Trabalho do Paraná, técnicos e magistrados do Regional paranaense foram buscar experiências de outros órgãos que adotaram o novo procedimento, como os Juizados Especiais - Projudi, do Foro da Justiça Estadual na cidade de São Paulo e, no âmbito da própria Justiça do Trabalho, no Foro de Campina Grande, na Paraíba.

Partindo dessas experiências, foi necessária a adaptação dos sistemas já existentes na 9ª Região para que o trabalho por meio eletrônico pudesse ser viabilizado. "O atual sistema de administração de processos da 9ª Região foi concebido para atuar a partir da existência dos autos em papel e seus programas destinados à execução de tarefas para o processo, com baixo nível de automação no seu gerenciamento. Com a presente mudança, o fato de os documentos que integram os autos do processo dispensarem a impressão impôs a busca de mecanismos que permitissem o gerenciamento das diversas atividades do processo judicial, bem como a fácil recuperação de informações", explica o juiz Bráulio Gusmão. ■

VT realiza campanha de cadastramento de doadores de medula

A 3ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa realizou, em 30 de julho, campanha de cadastramento de doadores de medula no banco nacional de doadores. Uma equipe da Hemepar esteve na secretaria daquela VT cadastrando e colhendo amostras de sangue de 49 pessoas, entre magistrados, servidores e advogados, além de trabalhadores em empresas que prestam serviços de vigilância e limpeza naquela unidade. Para ser um doador de medula não é necessário ter peso mínimo, nem há restrições aos portadores de hepatite. O doador fica cadastrado no banco nacional de doadores de medula, e, havendo compatibilidade com algum paciente portador de leucemia, o doador é chamado para exames mais específicos e a doação.

■ Jussara Elisa

Justiça localiza credores de processos antigos e contribui para melhoria de vida

Flaviane Galafassi

O motorista de ônibus José Wilson de Moraes, 34 anos, recebeu em julho um telefonema de servidor da Justiça do Trabalho que não esperava. Cinco anos após ter seu processo arquivado, já pensava ter recebido todos os valores devidos decorrentes de um processo que ganhou contra uma empresa de bebidas, mas ainda tinha R\$ 5.500 a receber. O valor, segundo José Wilson, veio em um momento econômico necessário pois tem um filho pequeno. “É bom saber que tem pessoas na Justiça que vem atrás da gente onde estivermos para entregar o que é de direito”, diz José Wilson.

Assim como o motorista José Wilson, muitos outros trabalhadores estão recebendo da Justiça do Trabalho do Paraná valores corrigidos em processos que já estavam arquivados, mas que não haviam sido pagos na época da execução, pela não localização dos devedores. Como na época do arquivamento o Judiciário não contava com os convênios hoje existentes (Banco do Brasil, Receita Federal, Detran, entre outros), ficava

difícil a localização dessas pessoas. A mesma sistemática também se aplica às empresas, cujos depósitos recursais não foram liberados na época e permanecem nas contas judiciais. A orientação da Corregedoria da Justiça do Trabalho do Paraná é no sentido de que esses credores sejam procurados.

Na 12ª Vara do Trabalho de Curitiba, por exemplo, foi realizado em julho mutirão envolvendo todos os servidores. “Com a mobilização de duas semanas foi possível zerar as contas judiciais de cerca de 300 processos que estavam arquivados e tinham valores pendentes. Foram localizados, inclusive, credores que moram em outras unidades da Federação e até em outro país, como no caso de um processo arquivado há 15 anos de uma trabalhadora que hoje vive na Inglaterra”, explica a titular da unidade, Sandra Mara Flügel Assad.

Ela ressalta a importância da iniciativa do Judiciário em localizar esses credores. “Ao contarmos cada pessoa, estamos realizando não apenas um trabalho, mas devolvendo a cada um o que lhe é de direito, restituindo ao credor, muitas

vezes, uma importância que servirá para sua alimentação, pois nesse mutirão encontramos muitos desempregados. Então, ao movimentarmos novamente o processo e conseqüentemente a conta, estamos contribuindo para melhorar a vida desse cidadão”, pondera a juíza, lembrando que não só o trabalhador é beneficiado, mas também as empresas. “O valor do depósito recursal hoje atinge, em média, R\$ 5.000,00, o que equivale, também em média, a 11 salários mínimos ou o suficiente para remunerar um empregado com esse salário por quase um ano”, acrescenta.

De acordo com a juíza Sandra Assad, as novas tecnologias e os convênios são considerados essenciais à concretização desse trabalho. “A localização da trabalhadora em Londres, por exemplo, tornou-se possível graças ao e-mail declarado em sua declaração de rendimentos perante a Receita Federal e obtido pelo Serpro. Ao entrarmos em contato sobre o valor a receber, ela disse estar desempregada e necessitada, e que receber uma notícia dessas da Justiça brasileira foi maravilhoso”, relata a magistrada. ■

Lei 11.979/2009 cria cargos para o TRT-PR

Flaviane Galafassi

O Projeto de Lei que trata da criação de 320 cargos efetivos para o quadro de servidores do TRT-PR foi sancionado no dia 8 de julho, pelo presidente em exer-

cício José Alencar, recebendo o número 11.979. Os cargos serão ocupados levando em consideração a lista de aprovados no concurso de 2007, cujo prazo de vencimento foi prorrogado para janeiro

de 2010. A necessidade de realização de concurso para preenchimento de vagas remanescentes será identificada após convocação dos candidatos habilitados naquele concurso. ■

Tribunal do Trabalho do Paraná recebe acadêmicos de Direito

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região recebeu aproximadamente 40 acadêmicos do curso de Direito da Universidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu (Uniguaçu), de União da Vitória, no dia 29 de julho. Os alunos estavam acompanhados titular da Vara do Trabalho de União da Vitória e professora daquela faculdade, juíza Cláudia Mara Pereira Gioppo. Na ocasião assistiram à sessão da 4ª Turma presidida pela desembargadora Márcia Domingues e, após, às palestras dos desembargadores Célio Horst Waldraff, a respeito da Justiça do Trabalho, e Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, que discorreu sobre o sistema e-Gab. Em seguida visitaram a biblioteca do Tribunal do Trabalho. Encerrando a visita, conheceram a Secretaria do Tribunal Pleno, Órgão especial e Seção Especializada e as dependências do prédio histórico da atual sede do Tribunal. Na oportunidade foram distribuídas cartilhas sobre o funcionamento do Judiciário Trabalhista.

■ Irene Pioker

Ex-juiz Júlio Malhadas falece aos 90 anos

César Caldas

Faleceu, em 26 de julho, o advogado Júlio Assumpção Malhadas, pioneiro da Justiça do Trabalho no Paraná. No dia seguinte, a sessão do Órgão Especial do TRT do Paraná foi aberta com uma homenagem ao ex-magistrado. "O Dr. Malhadas foi mestre e aconselhador de muitos de nós, que cumprimos nossas próprias histórias vinculadas às relações jurídicas de trabalho", disse a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michael Bacila Batista. A dirigente lembrou a trajetória de Malhadas, que começou como escriturário da Justiça do Trabalho em 1941, foi juiz do Trabalho das então denominadas Juntas de Conciliação e Julgamento de Curitiba, Paranaguá e Ponta Grossa, ainda quando o Paraná pertencia à jurisdição da 2ª Região da Justiça do Trabalho, sediada em São Paulo. Depois, dedicou-se ao exercício da advocacia. "Registro que um professor de tamanha sabedoria não morre. Permanece em seus alunos, filhos e ne-

tos – quatro deles juízes do Trabalho e servidores - também concentrados nos desafios que o trabalho humano oferece. O luto e o pesar da família Malhadas são também os sentimentos dos que compõem o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região", completou a presidente em seu pronunciamento.

O representante do Ministério Público na sessão, procurador do Trabalho Luís Carlos Córdova Burigo, disse compartilhar o sentimento expressado pela desembargadora Rosalie, destacando a circunstância de ter tido o privilégio de ser aluno do professor Júlio.

A desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão afirmou sua certeza de que os corações de cada integrante do Tribunal têm em comum "a solidariedade para com a família do Dr. Júlio".

O vice-presidente do Tribunal, desembargador Luiz Eduardo Gunther, sublinhou que o homenageado é "um dos grandes responsáveis pela difusão do Direito do Trabalho, em sua condição de juiz, advoga-

do e professor, irradiando isso no seio de sua família, em grande medida também dedicada às mesmas causas". Trouxe à lembrança que a Amatra e a Universidade Federal do Paraná o homenagearam por sua imensa contribuição à ciência jurídica. "O professor Malhadas faz falta no sentido de ser aquela pessoa paciente, humilde, capaz, que sempre irradiou, com sua simplicidade, um conhecimento que só as grandes pessoas de fato possuem. Ele nos fará falta, também, exatamente por essa sua capacidade de aglutinar e de responder às nossas dúvidas", acrescentou. Enfatizou ser também o representante paranaense mais antigo na Academia Nacional do Direito do Trabalho e finalizou com a assertiva de que levou, "não só a seus filhos, mas também a toda uma geração de profissionais e à própria Justiça do Trabalho uma imagem e uma mensagem de amor".

O **Nona** republica, em memória do professor Júlio Malhadas, parte da entrevista concedida ao informativo, em sua edição de julho de 2003.

... e o último é o primeiro

Nona - *O senhor foi juiz do Trabalho no Paraná há muitas décadas. Que experiências daquele período marcaram sua vida profissional mais decisivamente? Houve também algo pitoresco?*

No trato diário de tantas ações, a responsabilidade de aplicar a lei e fazer Justiça foi algo fundamental na minha formação pessoal. Quando o bacharel pensa estar suficientemente amadurecido para exercer a função judicante, descobre que esse crescimento não se esgota nunca. Quanto ao inusitado e ao cômico, passaria a manhã toda lhe contando. De imediato, lembro-me do caso das "testemunhas trocadas", vamos dizer assim. A trazida pelo reclamante simplesmente declarou o oposto de tudo quanto seu advogado havia afirmado no processo. Quando a causa parecia perdida para o autor, não é de dizer que as testemunhas da empresa reclamada resolvem confirmar todos os fatos alegados na inicial?! Perguntei aos patronos das partes atônitos se eles não haviam invertido a indicação.

Nona - *Que fatores determinaram seu pedido de exoneração da magistratura e seu conseqüente retorno à advocacia e como se deu essa passagem?*

Uma só - e suficiente - circunstância, definiu aquela decisão: a material. Com esposa e dez filhos pequenos para criar, seguir a carreira da magistratura ultrapassaria o sacerdócio, o vocacional. Significaria a insolvência, com vencimentos tão baixos. O amor e a responsabilidade pela sobrevivência de minha família, obviamente, ponderaram. O retorno à advocacia, contudo, foi penoso. Foram cinco anos duros de readaptação.

Nona - *"Eles, os juizes, vistos por nós, advogados", de Piero de Calamandrei, é um clássico jurídico-antropológico de uma relação profissional nem sempre muito compreendida. Do alto de meio século de atividade, alternando-se nas duas atividades, como o senhor avalia essa convivência?*

O clássico, por definição, nunca perde a atualidade. As considerações de Calamandrei se tornaram célebres e



Ex-juiz da 9ª Região Júlio Assumpção Malhadas

sobreviveram ao tempo justamente por levarem magistrados e advogados à reflexão. Felizmente, não tive problemas de relacionamento interpessoal, nem com uns, tampouco com outros. É uma questão de postura. Sempre tive respeito pelo ser humano e pela atividade profissional de que ele exerce, sem distinção. A advocacia, como o Ministério Público, é tão essencial à administração da Justiça que essa imprescindibilidade foi alçada à própria Constituição. Tenho, também, como prin-

cípio, valorizar o trabalho do servidor da Justiça, do perito. Talvez por esse espírito, sempre tive a correspondência do mesmo tratamento cortês e respeitoso de todos. Ao lado do espírito de Justiça, da isenção e da independência, uma postura cortês é fundamental. São conceitos que passei, pelo exemplo, a meus filhos e me sinto gratificado em vê-los compre-

endidos e aplicados. Alguns advogados perdiam quase sempre, nas Juntas de Curitiba que eu presidia, e nem por isso faziam cara feia...

Nona - *Ao final de maio (2003), o senhor recebeu o título de sócio honorário da Associação dos Magistrados Trabalhistas do Paraná. Como se sente integrando uma entidade agora ainda mais plural*

de gerações?

De fato, agora são quatro gerações. Fiquei muito feliz com o convite da Amara, formalizado pela sua presidente, juíza Morgana. Acho conveniente esclarecer que não me associei, quando exercia a magistratura, porque naquela época não havia uma entidade que reunisse e representasse os juizes do Trabalho. ■

TRT do Paraná e Caixa firmam convênio para acesso a informações de FGTS

Programa piloto disponibilizado para Curitiba



A partir da direita, o diretor do Fórum de Curitiba, juiz José Aparecido dos Santos; o vice-presidente do TRT-PR, desembargador Luiz Eduardo Gunther; e os gerentes da Caixa, Adriano Borges Resende e Vilson Willemann

Rossana Tuoto

Na tarde de 3 de julho, no auditório da Escola Judicial do TRT, o sistema denominado "FGTS Recursal" foi objeto de apresentação e treinamento inicial para os futuros usuários da Justiça do Trabalho.

Juízes das Varas do Trabalho de Curitiba e servidores por eles indicados, terão acesso para consulta, em caso de necessidade, a informações de depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) efetuados nas reclamações trabalhistas em que haja interposição de recurso ordinário ao Tribunal. É o que prevê convênio firmado em junho entre o TRT e a Caixa Econômica Federal, gestora do fundo.

Na habilitação, mediante o preenchimento de ficha de cadastramento de usuário externo dos serviços eletrônicos da Caixa, os magistrados e servidores receberão instruções sobre a utilização dos dados,

cauteladas de proteção e segurança.

Quando do evento na Escola Judicial, compuseram a mesa de abertura, o vice-presidente do TRT-PR, no exercício da Presidência, desembargador Luiz Eduardo Gunther, o diretor do Fórum Trabalhista de Curitiba, juiz José Aparecido dos Santos, o gerente regional de negócios governo - área do Judiciário, da superintendência Curitiba da Caixa, Adriano Borges Resende e o gerente de filial Vilson Willemann.

O desembargador Gunther em sua saudação, lembrou a relação histórica entre o Tribunal do Trabalho do Paraná e a Caixa, considerando os inúmeros termos de cooperação e convênios firmados ao longo dos anos. "Ambos têm em comum a confiança que inspiram na população, por sua tradição de cumprimento das respectivas missões institucionais", frisou. Enfatizou, no entanto, ser este convênio de natureza

estritamente processual. Destacou que "sua relevância não se prende apenas ao aspecto da admissibilidade dos recursos interpostos ao Tribunal, que ensejam a comprovação de depósito específico. A importância também se dá para a aferição da efetividade dos créditos fundiários oriundos das relações de emprego, bem como aqueles determinados nos títulos executivos judiciais, originários de decisões ou de acordos homologados por sentença. Através dele, será possível o acesso, para consulta on-line, a informações de depósitos efetuados pelo empregador, permitindo ao juiz, ou ao servidor, verificar se os valores lançados em contracheques, ou decorrentes das ações trabalhistas, correspondem ao indicado nos recibos de pagamento, ou ao declarado pelo empregador para efeito de cumprimento de obrigação judicial". Ressaltou: "nesse primeiro momento, o sistema será implantado como um programa piloto, disponibilizado apenas para Curitiba. Mais adiante, poderemos estendê-lo às Varas do Trabalho do interior do Estado".

Os representantes da Caixa Adriano Resende e Vilson Willemann, intercalaram suas exposições com o gerente de serviços do FGTS-PR, Éder Corsi de Siqueira e o gerente geral do PAB no Tribunal Pascoal Zani. As etapas da parte operacional de acesso às contas no convênio foram descritas detalhadamente, bem como expostas algumas das funcionalidades que estão disponíveis no aplicativo chamado "Conectividade Social", a exemplo do convênio ora firmado. ■

Tribunal do Trabalho do Paraná elabora Carta de Serviços ao Cidadão

Flaviane Galafassi

O TRT-PR iniciou em julho a elaboração da Carta de Serviços ao Cidadão, instrumento que confirmará o compromisso da instituição com a qualidade dos serviços prestados à sociedade. A Carta está sendo redigida por grupo de servidores do TRT-PR, das diversas áreas da instituição, sob coordenação da juíza Ana Glédis Tissot Benatti do Valle e orientados por modelo desenvolvido pelo Gespública, programa que tem a finalidade de contribuir para a melhoria do serviço público. Com o documento serão detalhados os diversos serviços prestados pela Justiça do Trabalho do Paraná, de forma a esclarecer à sociedade os trâmites específicos e estabelecer os pontos essenciais para alcançar um trabalho de excelência.

Para receber orientações sobre a elab-

oração da carta, o grupo de servidores do TRT-PR participou nos dias 23 e 24 de julho de oficina coordenada pelo Gespública, na Escola Judicial do TRT-PR. "A redação do documento será um marco referencial de comprometimento com a eficiência, com a eficácia, com a excelência no atendimento e com a qualidade na observância da nossa missão institucional", lembrou a presidente Rosalie Michaele Bacila Batista, durante abertura da oficina do Gespública.

De acordo com a desembargadora, é fundamental que as ações, sejam no balcão da Vara do Trabalho, na sala de audiências, na organização interna das secretarias, nas informações prestadas na internet, ou no cumprimento dos prazos da entrega da jurisdição, tenham transparência. "O cidadão deve estar muito bem informado sobre como, onde e de que forma ele pode

ter acesso às instâncias do Judiciário Trabalhista. Quais os requisitos para o ajuizamento da reclamação, como contestá-la, onde e de que modo se pode obter informações do seu trâmite, qual o papel e a responsabilidade do advogado, do servidor, do perito, do assistente técnico, da testemunha, do contador, do procurador, do juiz do Trabalho, do desembargador. Nesse sentido, vejo como utilíssima a Carta de Serviços que passamos a elaborar", concluiu.

O texto que for elaborado será posteriormente submetido ao crivo do Tribunal Pleno, para aprovação. "É importante salientar, também, que os compromissos firmados na Carta serão constantemente monitorados, em seu cumprimento e efetividade, não apenas pela instituição, mas principalmente pelo seu destinatário, que é o cidadão paranaense", disse a presidente. ■

Programa de rádio do TRT-PR está disponível para emissoras de todo o Paraná

Jussara Elisa

Desde julho, o programa radiofônico "Justiça do Trabalho Responde" está disponível no site do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (www.trt9.jus.br) para que emissoras de rádio possam fazer download do arquivo de áudio e veiculá-lo. O acesso dá-se pelo menu "Informativos" da página inicial, clicando em "Notícias" e no

link "Rádio - Justiça do Trabalho Responde". Cinco empresas radiofônicas paranaenses já estão transmitindo o programa do TRT: Educadora de Francisco Beltrão, Sant'Ana (AM 900) de Ponta Grossa, PGM Rádio de Londrina, Novo Milênio FM 87,5 de São Mateus do Sul e Cultura de Iporã.

■ O PROGRAMA

Produzido desde julho de 2005 nas

dependências do TRT-PR, sem nenhum custo de edição externa, o programa é de responsabilidade da Assessoria de Comunicação Social do órgão. Magistrados do Trabalho respondem às dúvidas da população sobre questões trabalhistas. O ouvinte formula sua pergunta e encaminha para o endereço eletrônico trtresponde@trt9.jus.br. ■

Comissão do Concurso para magistratura recebe elogios de candidata

A Comissão do XXII Concurso da Magistratura, que está sendo organizado pelo TRT da 9ª Região foi parabenizada por uma candidata. "Parabéns ao Tribunal Regional da 9ª Região pela brilhante organização! Sou uma das candidatas não aprovadas para a 3ª fase, mas, ante a transparência com a qual vem sendo conduzido o certame, estou tranquila em relação a esse resultado que, com certeza, é justo. Certamente este é o concurso mais organizado, mais transparente, e mais condizente com os princípios da Carta Constitucional de que já participei! Indubitavelmente estarei inscrita no próximo! Que a organização deste Tribunal sirva de exemplo aos demais! Mais uma vez, parabéns!" (O nome da candidata não está sendo publicado, visando à não exposição da imagem).

■ Jussara Elisa

3ª etapa do concurso para magistratura

Foi realizada, em 11 de julho, a terceira etapa do XXII Concurso da Magistratura da Justiça do Trabalho do Paraná. A prova consistiu na elaboração de sentença trabalhista. Outras duas etapas - prova oral e de títulos - ocorrerão em datas que serão confirmadas em edital, entre os meses de agosto e setembro deste ano.

■ Jussara Elisa

Acordo de Cooperação entre o TRT-PR e a OAB-PR: gravação de audiências



Solenidade, em 24 de julho, alusiva à assinatura de acordo de cooperação que permitirá aos advogados o acesso aos arquivos em vídeo e áudio de audiências trabalhistas

Flaviane Galafassi e Rossana Tuoto

As audiências realizadas em Varas do Trabalho do Paraná que possuem sistema Fidelis de gravação audiovisual, programa desenvolvido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, poderão ser acessadas via internet mediante habilitação e certificação digital dos advogados.

O Acordo de Cooperação entre o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná foi assinado na manhã do dia 24 de julho, no TRT-PR. Firmaram o acordo a presidente do Tribunal, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista; o presidente da OAB-PR, Alberto de Paula Machado; o presidente da Comissão de Informática do TRT, desembargador Sérgio Murilo Rodrigues Lemos; o presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná, Marco Antônio César Villatore; e o

presidente do Instituto dos Advogados do Paraná, José Lúcio Glomb. A mesa de abertura do evento também contou com a representação do Ministério Público do Trabalho na pessoa do procurador-chefe substituto Ricardo Bruel da Silveira. Estiveram presentes na ocasião desembargadores, juízes do Trabalho, advogados e servidores.

"O acordo de cooperação que hoje se celebra tem o foco preciso na audiência. O sistema Fidelis, desenvolvido internamente por nosso Tribunal, foi experimentado e aprovado pela facilidade de uso, pela interface simples, pela eficiência e pela qualidade", explicou a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista. "A sinergia e a mútua cooperação entre as instituições beneficiam toda a sociedade. Assim, a disposição da OAB Paraná em incentivar a habilitação de seus inscritos para a certificação digital

em muito contribuirá para o acesso dos advogados aos arquivos de áudio e vídeo das audiências", completou a magistrada. No Paraná, o sistema de gravação de audiências é utilizado atualmente por cinco Varas do Trabalho (9ª e 17ª de Curitiba, 6ª de Londrina, 5ª de Maringá e Pato Branco) e nessas unidades o projeto piloto foi desenvolvido. A implantação em outras unidades judiciárias será realizada de acordo com cronograma de instalação.

O acesso remoto dos advogados aos arquivos disponíveis no site do Tribunal, bem como consulta às audiências gravadas pelo sistema de gravação audiovisual de audiências - Fidelis, será feito exclusivamente mediante assinatura eletrônica com certificação digital, assegurada a publicidade dos atos processuais nos termos do inciso LX, do artigo 5º, da Constituição Federal. "O respeito ao princípio da publicidade é uma preocupação dos advogados", ressaltou o presidente da OAB-PR, Alberto de Paula Machado, comprometendo-se a informar aos profissionais interessados quanto à necessidade de que obtenham a certificação, bem como a possibilidade de certificação ser obtida junto a OAB-PR.

"Com esse sistema, via internet, os profissionais da advocacia não precisarão sair de seus escritórios ou utilizar mídias gravadas para ter acesso aos arquivos das audiências. Também não haverá necessidade de assistir a toda a gravação, pois o sistema permite consulta por trecho de interesse", ressaltou o desembargador Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, presidente da Comissão de Informática do Tribunal, ao abordar as vantagens do software desenvolvido. ■

TRT entrega programa Fidelis ao TST e CSJT

O software denominado Fidelis elaborado pela Comissão de Informática do TRT da 9ª Região, foi entregue ao Tribunal Superior do Trabalho e Conselho Superior da Justiça do Trabalho para ser disponibilizado a outros órgãos do Judiciário que manifestarem interesse, dando cumprimento à intenção da 9ª Região em contribuir para

o propósito de integração das unidades da Justiça do Trabalho.

O programa inovador permite gravação audiovisual de audiências, sessões e eventos, possibilitando a magistrados, partes e advogados, com uso da certificação digital, acesso à informação fiel, no portal do Tribunal do Trabalho da 9ª Região na

rede mundial de computadores. Entre outras funcionalidades, permite marcações eletrônicas, ao longo da gravação, e a recuperação de trechos gravados, de forma dinâmica e célere. Promove a desburocratização e imprime maior rapidez e eficácia à prestação jurisdicional, com qualidade e transparência na solução de conflitos. ■

Correição nas VTs do Paraná em agosto

Flaviane Galafassi

A Justiça do Trabalho realiza correição em agosto nas Varas de Ponta Grossa, Cornélio Procópio e nas 7ª, 8ª e 13ª VTs de Curitiba.

A atividade correicional se inicia nos dias 3 e 4, na 7ª VT, e continua em 5 e 6, na 8ª; e 12 e 13, na 13ª Vara do Trabalho de Curitiba. Em Ponta Grossa, a 1ª VT passa por correição nos dias 17 e 18; a 2ª VT, em 18 e 19 e a 3ª VT, nos dias 20 e 21. Também no dia 21, a correição ocorrerá no Serviço de Distribuição e Direção

do Fórum de Ponta Grossa. Em Cornélio Procópio, o corregedor regional, desembargador Ney José de Freitas, fará a correição no dia 31 de agosto.

■EXEMPLO

Nas correições realizadas em julho, um dos exemplos observados é o trabalho desenvolvido na 2ª VT de Guarapuava. O processo mais antigo, na fase de conhecimento, foi ajuizado em 30 de junho do ano passado. "A meta 2 do CNJ indica que todos os processos ajuizados até 2005 devem ser julgados este ano e a 2ª VT está

além da meta, restando apenas 12 processos de 2008 para serem julgados", elogiou o corregedor, informando que nessa Vara todos os saldos judiciais também estão finalizados.

Durante os dias que permaneceu em Guarapuava para a correição, o desembargador Ney José de Freitas visitou a empresa Santa Maria, onde pode conhecer o trabalho que a indústria vem realizando na produção sustentável de energia, bem como todo o seu programa de responsabilidade socioambiental. ■

TST fará correição no TRT do Paraná

Jussara Elisa

O corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, realiza correição no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, de 28 de setembro a 2 de outubro. A Corregedoria é o órgão encarregado da fiscalização e disciplina administrativa e orientação da administração da Justiça do Trabalho sobre os Tribunais Regionais do Traba-

lho, seus magistrados e serviços judiciários. A inspeção periódica ordinária está prevista no art. 6º, inciso III, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Tribunal Superior do Trabalho. Na oportunidade, o ministro estará à disposição dos interessados previamente inscritos.

■CORREGEDOR-GERAL

Natural de Pedro Leopoldo (MG), o ministro Carlos Alberto Reis de Paula for-

mou-se em Direito pela UFMG (1970) e licenciou-se em Filosofia pela Faculdade de Divinópolis. É mestre (1984) e doutor (2000) pela Faculdade de Direito da UFMG. Juiz de carreira, chegou, em 1993, ao TRT-MG, por merecimento. É ministro do TST desde 25 de junho de 1998. Assumiu a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho para o biênio 2009/2011, em 2 de março de 2009. ■

TJ conhece software criado pelo TRT-PR

Comitiva do Tribunal de Justiça do Paraná, composta pelo desembargador Jorge de Oliveira Vargas, os juízes auxiliares de segundo grau Sérgio Luiz Patitucci e José Sebastião Fagundes Cunha, servidores de gabinete e do Departamento de Informática, visitou em 22 de julho, o Tribunal Regional do Trabalho, para conhecer o sistema e-Gab, programa de computador que automatiza rotinas judiciais e auxilia na elaboração de acórdãos (decisões colegiadas de tribunais).

Recebidos pelos desembargadores do TRT Rosalie Michaele Bacila Batista (presidente) e Ubirajara Carlos Mendes, os visitantes do TJ tiveram seu primeiro contato com as funcionalidades do software, desenvolvido pela Justiça do Trabalho do Paraná.

A exposição do programa, em multimídia, foi feita pelo desembargador Ubirajara Mendes, que coordena, no

âmbito do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, projeto voltado ao desenvolvimento da ferramenta informatizada denominada e-Julg, para utilização em todos os Tribunais do Trabalho do país e que tem por base o programa já existente do TRT paranaense. A assessora do gabinete do desembargador Ubirajara Mendes e profissionais da área de Tecnologia da Informação do TRT auxiliaram a apresentação. ■

TRT-PR instala Vara do Trabalho Itinerante em Goioerê

Será instalada, em 10 de agosto, às 10h30, a Vara do Trabalho Itinerante de Goioerê. Vinculada à VT de Campo Mourão, a VTI abrangerá ações trabalhistas com origem nos municípios de Moreira Salles, Quatrocentenário, Rancho Alegre do Oeste, Juranda, Ubatã, Campina da Lagoa, Nova Cantu e Goioerê. A destinação do novo espaço para a Justiça Trabalhista contou com o apoio da OAB local, Prefeitura e Câmara Municipal de Goioerê. O layout do prédio, que conta com 186,46m², foi desenvolvido pelo Serviço de Engenharia e Arquitetura do TRT-PR, e sua reforma abrangeu a pintura interna/externa, adequação de paredes e reconfiguração elétrica. O endereço da nova unidade é Av. Mauro Mori, 520 - Centro - Goioerê. ■Luiz Munhoz

Novos serviços são disponibilizados na página web do TRT da 9ª Região

Impressão de etiquetas de Protocolo pela internet

Encontra-se disponibilizada no site da Internet do TRT da 9ª Região uma nova facilidade para os advogados: a emissão de etiquetas de protocolo.

Estas etiquetas, atualmente, são emitidas de forma presencial somente nos Serviços de Protocolos dos Fóruns do Trabalho e no Serviço de Cadastramento Processual de 2ª instância.

Com esta nova sistemática, os advogados poderão emitir as etiquetas de seus escritórios, evitando problemas com filas nos Serviços de Protocolo que normalmente se formam ao final do expediente.

Também, os advogados que não possuem este serviço presencial de emissão de etiquetas por atuarem junto às Varas que não têm Serviço de Distribuição, serão beneficiados com mais esta facilidade.

Inicialmente, a opção de emissão de etiquetas pela internet não contemplará Protocolo Integrado de Petições - PIP, visto que este Tribunal do Trabalho possui implantado o Sistema e-Doc que já permite esta facilidade. Apenas ressaltamos que as petições para a 2ª instância de jurisdição poderão ter suas etiquetas emitidas pela internet.

Para ter acesso a esta funcionalidade,

o advogado deverá acessar o site www.trt9.jus.br e realizar a pesquisa de movimentação processual dos autos nos quais se deseja protocolar a petição. Na tela em que são visualizadas as movimentações processuais, é necessário pressionar o botão "Emitir etiqueta protocolo" para iniciar os procedimentos.

A próxima tela é destinada ao preenchimento das informações da petição (Procedência, Natureza e Local de Entrega da petição) bem como o código visual solicitado. Depois de preenchidas as informações solicitadas, é necessário clicar no botão "Gerar Etiqueta de Protocolo" para que a etiqueta seja gerada, permitindo que seja salva em formato PDF ou visualizada para impressão.

A etiqueta deverá ser impressa na 1ª folha da petição em papel tamanho A4 com qualidade alta para possibilitar a leitura correta do código de barras.

Quando uma etiqueta é gerada pelo advogado, presencialmente no Serviço de Protocolo ou, agora, pela internet, ela terá validade somente para o dia da emissão e o protocolo somente será lançado no histórico processual após a efetiva entrega e validação da petição nos Serviços de Protocolo ou nas Secretarias das Varas do Trabalho sem Distribuição. Esta validação somente poderá ser realizada na localidade informada no campo

"Local de entrega da petição".

Recursos de RSS (Really Simple Syndication) na página Internet

O TRT da 9ª Região disponibiliza aos interessados os recursos de RSS (Really Simple Syndication), inicialmente para as Últimas Notícias e para Leilões.

RSS é um formato padrão de disponibilização de notícias e informações na internet. Essa tecnologia permite aos usuários da internet se inscreverem em sites que fornecem RSS. Estes são tipicamente sites que mudam ou atualizam o seu conteúdo regularmente. Para isso, são utilizados RSS que recebem estas atualizações, desta maneira o utilizador pode permanecer informado de diversas atualizações em diversos sites sem precisar visitá-los um a um.

Para utilizar os recursos de RSS são necessárias a instalação e a configuração de um software leitor de RSS, como o FeedReader, disponível em <http://www.feedReader.com>. Mas existem vários outros leitores disponíveis. A maioria dos navegadores já apresenta a possibilidade de agregar RSS no próprio software.

As páginas do TRT com recursos de RSS estão disponíveis onde existe a figura 

Para a utilização no leitor de RSS, deve-se inserir o endereço da página, por exemplo: http://www.trt9.jus.br/internet_base/NoticiaRSS ou http://www.trt9.jus.br/internet_base/LeilaoRSS

Numeração única dos processos

Flaviane Galafassi

A partir de 1º de janeiro de 2010 todos os processos judiciais terão nova numeração baseada em sequência padronizada pelo Conselho Nacional de Justiça, que leva em consideração dados como o ano do ajuizamento do processo, o órgão ou segmento do Poder Judiciário e a unidade de origem. A medida é para facilitar o acesso do cidadão às informações sobre o trâmite dos processos em todas as instâncias da Justiça, bem como nas diferentes instituições.

Para migrar para essa nova numeração, o TRT-PR passará, a partir deste ano, a fornecer nos processos trabalhistas já existentes dois números identificadores, um com a atual numeração e outro com a série proposta pelo CNJ, até que todos os processos estejam com a nova sequência. Embora a numeração padronizada pelo CNJ seja disponibilizada na Justiça do Trabalho do Paraná a partir deste ano, a pesquisa no site do Tribunal com esse número será válida só a partir de 1º de janeiro, em parale-

lo com a numeração atual. Até o final de dezembro fica valendo somente a atual numeração para as pesquisas.

Numeração Única dos Processos

NNNNNNN-DD.AAAA.J.TR.0000

| | | | | |
|---|--------------------|--|---|---|
| Esse campo com 7 dígitos identifica o número sequencial do processo por unidade de origem | Dígito verificador | Esse campo identifica o ano de ajuizamento do processo | Esse campo identifica o órgão do Poder Judiciário | Esse campo com 4 dígitos identifica a unidade de origem do processo |
|---|--------------------|--|---|---|

A partir de 1º de janeiro de 2010 todos os processos judiciais terão nova numeração baseada em uma sequência padronizada pelo CNJ. Tal medida facilitará o acesso do cidadão às informações sobre o trâmite dos processos em todas as instâncias da Justiça Federal, do Trabalho e Comum.

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região



Vírus da Gripe A (H1N1)

Jussara Elisa

Em razão da Gripe A (H1N1), o TRT-PR está tomando medidas de precaução. No sentido de evitar aglomeração de pessoas, o que facilita a disseminação do vírus, estão temporariamente suspensas as audiências em Curitiba e em algumas varas do interior.

O TRT adquiriu, ainda, 5.000 máscaras e 1.000 frascos de álcool 70%, já distribuí-

dos para os locais de trabalho da capital e que serão remetidos às VTs do interior. O TRT-PR sabe que é preciso minimizar os riscos de impacto biológico e, nesse sentido, alerta seus servidores e juízes para a necessidade de profilaxia, de cautelas e de identificação dos sintomas.

O Setor Médico recomenda: manter os ambientes arejados; evitar contatos físicos como beijos e apertos de mãos; lavar as

mãos com sabonete e/ou álcool; uso de máscaras, substituindo-as a intervalos de duas horas; evitar aglomerações.

O Setor Médico lembra a magistrados e servidores que se evite a automedicação, sobretudo no que se refere aos antibióticos mais comuns, uma vez que o vírus da Gripe A H1N1 é resistente a eles e seu uso pode até mesmo facilitar a propagação de bactérias mais resistentes. ■

Presidente visita Varas do interior

Jussara Elisa

A presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Batista, esteve nas Varas de Guarapuava, Francisco Beltrão, Pato Branco, Palmas, União da Vitória e Irati, de 6 a 9 de julho.

A visita fez parte do projeto de interiorização da administração da Justiça do Trabalho do Paraná, que busca conhecer a realidade das unidades do interior. O

objetivo é direcionar as decisões administrativas às necessidades locais, de forma a obter maior celeridade na prestação jurisdicional. "Nas visitas, estou mais próxima dos juízes e servidores dando a eles a oportunidade para que sejam apresentadas sugestões e solicitações", ressaltou a desembargadora.

Nesta viagem, o diretor da Secretaria de Informática, Cláudio Lima, e a secre-

tária-geral da Presidência, Eliane Márcia Brito, acompanharam a presidente, visando a fornecer de imediato esclarecimentos sobre dúvidas de magistrados e servidores.

Em todas as unidades visitadas, servidores elogiaram a Administração do TRT do Paraná pela implantação da ginástica laboral, que segundo os servidores tem trazido benefícios tanto físico quanto mental. ■

Gespública tem nova coordenação

Flaviane Galafassi

A presidente do TRT-PR e representantes do TRT no Gespública, programa que tem a finalidade de contribuir para a melhoria do serviço público, participaram, no dia 22 de julho, da solenidade de transmissão da coordenação âncora do Gespública, antes ocupada pela Copel, para a Secretaria de Estado do Planejamento. Na ocasião, também foi realizada a assinatura

do Termo de Compromisso perante o Núcleo Paranaense do Gespública, mantendo a participação do TRT como membro do Comitê Gestor. "Na transição, deve-se ressaltar a excelência do trabalho coordenativo levado a efeito pela Copel nos últimos anos, em que esteve à frente do Comitê Gestor", lembrou a presidente, desejando sucesso à Secretaria Estadual de Planejamento nessa nova missão à frente do comitê.

De acordo com a desembargadora, a mobilização dos participantes para o cumprimento dos objetivos da entidade, sobretudo no sentido de incrementar ações voltadas à melhoria do atendimento aos cidadãos e à simplificação de procedimentos, deve ser ressaltada. "Todos os órgãos aderentes buscaram com sucesso a orientação e a capacitação interna, como pressupostos para a melhoria da gestão corporativa". ■

Jogo beneficente arrecada alimentos

Flaviane Galafassi

Um jogo beneficente de futebol, entre equipes de veteranos do Rio Branco Sport Club de Paranaguá-PR e Sport Club Corinthians Paulista, no dia 26 de

julho, em Paranaguá arrecadou 1.700 quilos de alimentos para distribuição aos catadores de materiais recicláveis do litoral paranaense e para o Provopar de

Paranaguá. Na equipe do Rio Branco, um dos jogadores é o servidor Adilson Augusto Wassão Junior, lotado na 3ª Vara do Trabalho de Paranaguá. ■

Desembargador Edmilson de Lima será Cidadão Honorário de Ibaiti

O desembargador Edmilson Antonio de Lima, do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, receberá, às 20 horas do próximo 7 de agosto, o título de Cidadão Honorário de Ibaiti-PR, concedido pela Lei Municipal 515/2008. A entrega será na Câmara de Vereadores local - Rua Antonio de Moura Bueno, 555. A outorga da honraria, proposta pelo Legislativo Municipal, foi justificada pela atuação do homenageado na magistratura e por seus esforços em favor da criação de unidades da Justiça do Trabalho em Ibaiti e em outros municípios do Norte Pioneiro do Estado.